

BRASIL: ECONOMIA-POLÍTICA, AMBIENTE E TERRITÓRIO NO SÉCULO XXI

BRAZIL: ECONOMY, POLITICS, ENVIRONMENT AND TERRITORY IN THE 21ST CENTURY

João Paulo Rabello de Castro Centelhas¹
<https://orcid.org/0000-0001-5142-6966>

Resumo: A reestruturação neoliberal das políticas macroeconômicas do Estado brasileiro resultou no aprofundamento das contradições e iniquidades estruturais da formação social brasileira. A crescente aposta na lógica primário-exportadora somada à dominação rentista das políticas monetária e fiscal moldou predominantemente um uso entrópico, privatista e internacionalizado do território brasileiro. Hoje, tal modelo coloca em xeque a segurança hídrica e a segurança alimentar de longo prazo da população brasileira. Este ensaio apresenta uma visão crítica e panorâmica do Brasil, destacando a trajetória de seu padrão de (sub)desenvolvimento, dos anos 1980 até o período contemporâneo, articulando economia política, ordenamento territorial e dinâmicas socioambientais. A partir de dados econômicos e ambientais e de uma abordagem interdisciplinar, argumenta-se que a reestruturação neoliberal, a financeirização e a expansão de atividades intensivas em recursos naturais promoveram a reinserção subalterna do Brasil na divisão internacional do trabalho, marcada pela regressão produtiva e por formas de acumulação neocoloniais. Por outro lado, esta pesquisa buscou verificar e analisar que condições potenciais emergiram no decorrer deste século que abriram alternativas estratégicas para o desenvolvimento nacional, que podem propiciar uma mudança de rota qualitativa a favor de um modelo mais justo, soberano e sustentável para o povo brasileiro.

Palavras-chave: Brasil; modelo de desenvolvimento; território; ambiente; economia-política.

Abstract: The neoliberal restructuring of Brazilian state macroeconomic policies has resulted in the deepening of the structural contradictions and inequities of Brazilian social formation. The growing reliance on a primary-export logic, coupled with the rentier dominance of monetary and fiscal policies, has predominantly shaped an entropic, privatized, and internationalized use of Brazilian territory. Today, this model jeopardizes the long-term water

¹ Professor Adjunto do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Doutor em Geografia Humana (USP); Mestre em Geografia (UFRJ). Email: joacentelhas@gmail.com; Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1201770886106700>

and food security of the Brazilian population. This essay presents a critical and panoramic view of Brazil, highlighting the trajectory of its (under)development pattern from the 1980s to the contemporary period, articulating political economy, territorial planning, and socio-environmental dynamics. Based on economic and environmental data and an interdisciplinary approach, it argues that neoliberal restructuring, financialization, and the expansion of resource-intensive activities have promoted Brazil's subordinate reinsertion into the international division of labor, marked by productive regression and neocolonial forms of accumulation. On the other hand, this research sought to verify and analyze which potential conditions emerged during this century that opened up strategic alternatives for national development, which may provide a qualitative change of course in favor of a more just, sovereign and sustainable model for the Brazilian people.

Keywords: Brazil; development model; territory; environment; political economy.

1. INTRODUÇÃO

Em 2003, Chico de Oliveira publicava “O Ornitorrinco”, uma tentativa de descrever o Brasil a partir da metáfora deste animal singular, um mamífero que bota ovos, possui bico de pato, cauda de castor, patas com membranas e os machos têm esporões venenosos. À parte dessas peculiaridades biológicas, a alegoria utilizada por Oliveira buscava caracterizar a heterogeneidade estrutural do capitalismo brasileiro, uma combinação de setores altamente desenvolvidos coexistindo com larga precariedade social, atividades de subsistência e forte financeirização da economia nacional, uma mistura estranha e adaptativa que é marca do país na entrada do século XXI. Mas antes de ser uma dualidade entre o moderno e o arcaico, trata-se de uma composição funcionalmente articulada, em que as culturas de subsistência transferem parte de sua renda para financiar a acumulação urbana, reduzindo os custos de produção da força de trabalho (Oliveira, 2003, p. 129), antes industrial, agora dos serviços.

Nesse sentido, a caracterização do país na virada do século a partir da economia-política brasileira era de um país que havia se urbano-industrializado, mas que vivia em intensivo processo de perda da complexidade produtiva, redução dos empregos industriais, aumento da informalização e dos serviços de baixa produtividade. Simultaneamente, o setor financeiro se hipertrofiou, tornando-se peça central na acumulação de capital no país, estabelecendo forte influência sobre a condução da política macroeconômica. Ademais, a classe trabalhadora sofreu reveses sob a correlação de forças pós-democratização. Segundo Roberto Schwarz (2003, p. 13), no Prefácio do livro “O Ornitorrinco”:

No campo dos trabalhadores, a nova correlação de forças leva ao desmanche dos direitos conquistados ao longo da quadra anterior. A extração da mais-valia encontra menos resistência e o capital perde o efeito civilizador que pudesse ter. A tendência vai para a informalização do trabalho, para a substituição do emprego pela ocupação, ou, ainda, para a desconstrução da relação salarial. A liga do trabalho rebaixado com a dependência externa, consolidada na semi-exclusão científico-técnica do país, aponta para a sociedade derrotada.

A partir dessa imagem pouco animadora que os autores elaboraram em 2003, este artigo buscou verificar quais novos e velhos elementos se apresentam após 23 anos da publicação do livro, incluindo à análise componentes de uma perspectiva ambiental crítica, considerando as dinâmicas e transformações no território nacional conduzidas sob um padrão de (sub)desenvolvimento moderno-colonial. Por conseguinte, abordaremos as mudanças nas condições potenciais do Estado brasileiro em financiar um projeto nacional soberano, justo e sustentável a partir da sua emancipação do endividamento externo em período recente; problematizaremos a insistente aposta no modelo primário-exportador com dominância financeira que se tornou hegemônica no país desde a virada neoliberal; e analisaremos as consequências ambientais (socioambientais) que estão se consolidando no espaço brasileiro, que apontam para um comprometimento das condições de segurança alimentar e segurança hídrica da maior parte da população brasileira.

2. BREVE REGRESSÃO POLÍTICO-ECONÔMICA DO BRASIL

Um breve mergulho na economia-política do Brasil a partir da crise dos anos 80 até o presente é necessário para se estruturar uma das dimensões referenciais ao escrutínio dos desafios que se erguem diante de um caminho de desenvolvimento nacional que visa equilibrar soberania, justiça social e sustentabilidade ambiental. O reducionismo econômico neste tópico é proposital, pois visa trazer à tona os termos mais essenciais da sintaxe econômica que demarcam as condições de possibilidade fiscal para os diferentes projetos políticos nacionais e, portanto, auxiliam no esclarecimento dos polos de interesse que disputam a condução da política macroeconômica no Brasil e, portanto, da direção dos gastos do Estado.

Por conseguinte, os fatores propriamente econômicos serão abordados no recorte histórico-geográfico deste tópico como forma de se verificar *condições potenciais para a ação do Estado* visando alcançar mudanças no *status quo* nacional julgadas como necessárias segundo às inequidades sociais do Brasil e suas problemáticas territoriais/ambientais. No tópico

subsequente, explorar-se-á os pontos cegos, as externalidades e demais dimensões que a economia-política do desenvolvimento nacional de alguma maneira recalca como epifenômenos de pouco valor.

Um fator decisivo e estrutural na administração político-econômica de vários Estados-nacionais no sistema mundial ocorre a partir da crise do capitalismo nos anos 70 e 80. Isto porque a crise emergirá a partir do centro do sistema mundial capitalista, repercutindo nas relações econômicas internacionais exercidas sob a lógica da dependência e da assimetria centro-periferia, intensificando as trocas desiguais e a espoliação da renda nacional via o aumento do endividamento externo nos anos 80, que em boa medida foi impulsionado pela política de aumento da taxa de juros pelo FED (Banco Central dos EUA).

Países como Brasil, México, Turquia, Argentina, África do Sul, entre outros, buscavam complexificar suas economias nacionais via programas de “substituição de importações” e desenvolvimento técnico-científico, alcançando inclusive resultados notáveis. No caso brasileiro, o país alcançou uma taxa média de crescimento entre 1947-1980 de 6,2% ao ano (Bacha; Tombolo; Versiani, 2023), consolidou uma robusta infraestrutura de transporte, educação e indústria, mas conservou tal “modernização” mediante forte concentração de renda, de propriedade e dos acessos aos bens e serviços públicos. Nos termos de Becker e Egler (2003), tratou-se de uma “modernização conservadora”, onde se manteve inalterada a estrutura fundiária neocolonial, a desigual distribuição de renda e o acesso exclusivo aos meios de produção. Todavia, a luta de classes e a pressão dos movimentos progressistas e trabalhistas sobre a estrutura oligárquica nacional obteve ganhos expressivos a partir da consolidação de direitos do trabalho e de proteção social. Esse período consolidou direitos como salário-mínimo, jornada de trabalho, férias remuneradas, previdência social ampliada e a própria CLT, que estruturou o mercado de trabalho formal (Carvalho Filho, 2021). Este parco “Estado de bem-estar social” periférico, alcançado a duras penas por movimentos e organizações de trabalhadores e sindicatos, sempre conviveu com a sua negação ante a contextos autoritários e de “estado de exceção” no Brasil.

Paralelamente a esta dialética de forças antagônicas na escala nacional, algo maior se reestruturou a partir dos anos 70. A forte expansão do “milagre econômico” brasileiro, entre 1969 e 1973, alcançou limitações estruturais, especialmente em razão de mudanças no cenário internacional, com o afloramento da crise do capitalismo nos países centrais e o reflexo desse esgotamento aos países que perseguiam uma industrialização dependente, isto é, baseada em

endividamento externo e na contínua importação de bens de capital e maquinários às indústrias. A montagem dos bens de capital demandava a importação de maquinários-base e equipamentos complexos, o que envolvia pagamentos em moeda internacional (dólares), que em parte era adquirida nacionalmente via exportações primarizadas e outra parte via empréstimos internacionais e fluxos de investimento estrangeiro.

Na década de 70, os sinais de esgotamento da continua expansão do modelo fordista-keynesiano em países centrais começam a se tornar expressivos a partir da queda da taxa de crescimento do PIB. EUA, Europa Ocidental e Japão cresceram a taxas de 4% a 6% ao ano nas décadas de 50 e 60, esse ritmo cai para 2% a 3% ao ano na década de 70 (Harvey, 1992). A incapacidade estrutural de se manter um crescendo permanente de demanda efetiva à reprodução ampliada do capital resulta, portanto, numa das contradições fundamentais do modo de produção capitalista e parte imanente de seu movimento geohistórico cíclico de ascensão e declínio de longa duração. Esta redução na taxa de crescimento do capitalismo central implicará na reestruturação de seu “regime de acumulação”, já amplamente debatido em variados aspectos e dimensões por Aglietta (2000); Harvey (1992); Arrighi (2013); Jameson (1997) e outros.

Um dos aspectos mais importantes desta transição, e que é pouco ressaltada nas análises de países do centro, é a modificação da política monetária dos EUA, a partir de 1979, resultando no aumento da taxa de juros administrada pelo FED. Este movimento deflagrou um duro golpe contra vários países do Sul Global em processo de industrialização dependente. Com robustas dívidas externas, rolando a juros altos, todos foram capturados de uma só vez a um predatório sistema de endividamento, que não apenas drenou a maior parte das reservas internacionais dos países endividados, destruindo sua estabilidade monetária, mas também os submeteu às exigências dos credores internacionais e organismos multilaterais, que ditaram as políticas econômicas a serem adotadas pelos Estados do Sul Global, como a liberalização econômica e a privatização do patrimônio nacional.

O Brasil entrou no rol de 32 países que renegociaram sua dívida externa no que ficou conhecido como Plano Brady, de 1992. Em um momento de crise de liquidez externa e aumento dos juros pelo FED, os países que desejavam manter acesso aos financiamentos externos eram obrigados a implementar ajustes estabelecidos pela doutrina neoliberal do “Consenso de Washington” (Castro, 2011).

Neste sentido, a adoção do receituário neoliberal nos anos 1990 — estabilização monetária, abertura comercial, desregulamentação financeira e privatizações — não apenas reorganizou a economia, mas redefiniu o papel do Brasil na divisão internacional do trabalho. O país passou por uma abertura comercial acelerada, tornando sua indústria nacional vulnerável à concorrência globalizada, sem políticas robustas de apoio, subsídio ou de inovação, resultando na falência ou venda de centenas de empresas nacionais. Soma-se, também, uma forte política de privatizações, transferindo setores estratégicos (energia, telecomunicações, siderurgia, logística) ao capital privado, frequentemente estrangeiro, reforçando a desnacionalização da economia. De 1990 a 1994, foram privatizadas 33 empresas estatais federais em áreas como siderurgia, petroquímica e fertilizantes (Castro, 2011).

Aliado a esse processo, a doutrina neoliberal se consolidou como uma ortodoxia hegemônica na administração do Estado pautada no “tripé macroeconômico”, isto é, no regime de metas de inflação, no superávit primário e no câmbio flutuante, ratificando um modelo voltado à atração de capitais financeiros, e não ao investimento produtivo. O tripé macroeconômico, ao priorizar rigidamente controle inflacionário via juros elevados, disciplina fiscal centrada no superávit primário e câmbio flutuante frequentemente apreciado, acaba por criar um ambiente estruturalmente adverso ao desenvolvimento industrial e tecnológico no Brasil, pois encarece o crédito de longo prazo, desestimula o investimento produtivo e inibe políticas industriais estimuladas por gasto público, ao mesmo tempo em que favorece a financeirização e a especialização regressiva da economia em setores primário-exportadores. Essa combinação reduz a capacidade do Estado de coordenar investimentos estratégicos, limita o adensamento das cadeias produtivas, fragiliza o esforço de inovação e reforça a dependência tecnológica externa, reproduzindo um padrão de crescimento baixo, vulnerável a choques externos e funcional à manutenção de uma inserção subordinada do país na divisão internacional do trabalho — característica central da condição de subdesenvolvimento brasileiro.

No trabalho de Morceiro (2021), o gráfico abaixo é apresentado, partindo-se de revisões sobre a ponderação das Contas Nacionais do Brasil, demonstrando mais claramente a desindustrialização sofrida pelo país a partir de meados dos anos 80, via crise da dívida externa

somada aos efeitos deletérios dos ajustes estruturais neoliberais e da abertura comercial

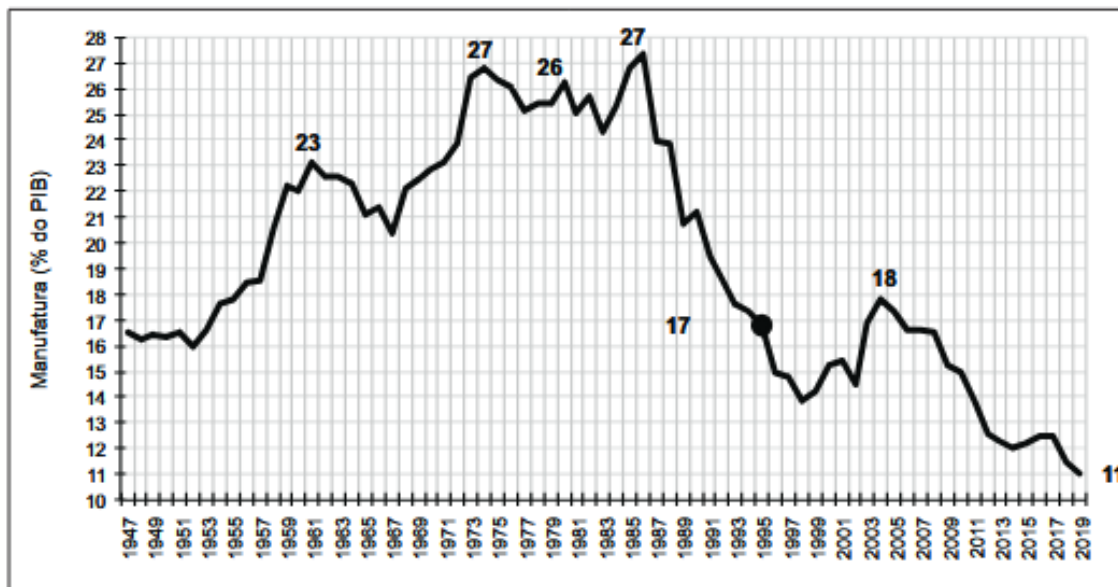


Figura 1 - Participação percentual da indústria no PIB do Brasil. Fonte: Morceiro (2021).

brasileira que se seguiu nos anos 90 pelos Planos Collor e, seguidamente, pelo Plano Real.

Apesar dos constrangimentos institucionais e regulatórios de estirpe neoliberal, e dada a magnitude excepcional da riqueza natural do país combinada à explosão da demanda mundial por commodities, em grande medida alimentada pela urbano-industrialização da China, o Brasil adquiriu mediante suas exportações primarizadas grande entrada de dólares em suas contas nacionais, permitindo que o país quitasse integralmente sua dívida externa com o FMI em 2005. A partir de então, o país passa gradativamente a ampliar suas reservas internacionais, superando sua dívida externa de curto prazo, se tornando credor líquido em moeda estrangeira. Em 2009, o Brasil se torna credor do FMI, com um aporte inicial de 10 bilhões de dólares. A importância desta reviravolta é essencialmente estratégica para o país.

São raros os países tipificados como “em desenvolvimento” que detêm reservas internacionais (dólares) bem acima de seu endividamento externo. A saber, na América Latina, além do Brasil, somente o Chile detém esta condição; em outras regiões do mundo, há os países árabes com forte exportação de petróleo e gás (Emirados Árabes, Arábia Saudita, Kuwait, Catar e Omã), e, na Ásia, apenas Malásia e Tailândia, excetuando-se países em alto grau de desenvolvimento tecnológico que não figuram na mesma categoria de complexidade econômica do Brasil como China, Coréia do Sul, Singapura e Taiwan.

A importância das reservas internacionais para qualquer país que não é o emissor da moeda-padrão internacional (leia-se, os EUA) é, em primeiro lugar, facultar que o mesmo tenha condições de pagamento para suas transações internacionais. Países como a Venezuela incorrem de modo frequente na escassez de dólares para efetivar importações necessárias; ou, no caso argentino, que não dispõe de reservas internacionais suficientes para fazer o controle da taxa de câmbio, resultando na forte depreciação da moeda nacional perante o dólar, e um peso inflacionário a todos bens e serviços oriundos do estrangeiro. Neste sentido, a condição de credor em moeda internacional emancipa o país da subtração/espoliação de sua riqueza via endividamento externo. A partir do momento que o país não necessita recorrer a empréstimos internacionais para fazer jus às transações em moeda estrangeira, ele não precisa – à primeira vista – estruturar sua política econômica doméstica ao sabor e aos interesses dos credores estrangeiros. Em segundo lugar, as reservas em moeda estrangeira permitem ao Banco Central ter maior poder de controle da taxa de câmbio, uma vez que podem vender dólares no mercado de futuros para valorizar a moeda local (poder que Argentina e Venezuela não dispõem).

Assim, a acumulação duradoura desta margem superavitária frequente na balança de pagamentos do país permitiu que o Brasil alcançasse o total de US\$360 bilhões em reservas internacionais em novembro de 2025 (BACEN, 2025). Isso permite que o país disponha de maior autonomia e liberdade para implementar políticas públicas mais ousadas no que se refere a investimentos públicos produtivos, uma vez que pode lançar mão de uma política fiscal expansionista, isto é, com gastos públicos deficitários em moeda nacional, estimulando um processo endógeno de complexificação econômica e tecnológica.

Logo, a heterodoxia econômica segundo diferentes correntes tem demonstrado o papel estratégico e primordial do investimento público deficitário na complexificação e no desenvolvimento técnico-científico nacional (Chang, 2004; Mazzucato, 2014; Reinert, 2016). O fator essencialmente econômico que mais constrangeria o êxito de uma aposta “desenvolvimentista” brasileira era o alto endividamento externo no qual o país navegava sobretudo nos anos 80. De lá para cá, esta realidade mudou vertiginosamente, alterando as condições potenciais do Brasil para uma mudança de rota quantitativa e qualitativa de sua política macroeconômica, que poderia transformar profundamente as condições materiais de existência da maior parte da população do país e seu lugar na divisão internacional do trabalho.

Não obstante, entre a potência e o ato há um entrave de natureza política e geopolítica. O neoliberalismo, mesmo não gozando do prestígio de outrora, ainda possui centralidade no

discurso econômico da mídia corporativa e na prática macroeconômica dos governos nacionais e Bancos Centrais em diferentes países do mundo. No Brasil, a prática objetiva dos diferentes governos nos últimos 30 anos esteve afiliada, em diferentes intensidades, à doutrina neoliberal como a referência-base de suas conduções macroeconômicas.

Neste sentido, torna-se patente que há grupos de poder articulados em escalas nacional e mundial que operam eficazmente para fazer valer este modelo de gestão das políticas econômicas do Estado brasileiro. Juros altos beneficiam grandes rentistas da dívida pública, fluxos estrangeiros especulativos e bancos privados que controlam a disponibilidade de crédito; a manutenção do subdesenvolvimento conserva privilégios e precariza a classe trabalhadora de condições materiais que a permita ter ganhos políticos (Marx, 2010); a inserção periférica do país como economia primário-exportadora fortalece o poder político do latifúndio, que está intimamente vinculado ao controle do território e à projeção político-eleitoral (Moreira, 2024).

Em 2025, o segundo maior montante de gasto público do Estado brasileiro foi o pagamento de juros da dívida pública, que correspondeu a 880 bilhões de reais (Agência Brasil/Tesouro Nacional, 2026), se forem incorporados outros custos com o serviço da dívida (amortizações, rolagem etc.), o total corresponde a mais de 1,1 trilhão de reais (Auditoria Cidadã da Dívida, 2026), tornando-se a maior despesa do Estado brasileiro naquele ano. Paralelamente, o Plano Safra 2025/2026 disponibilizou R\$ 516,2 bilhões de crédito subsidiado à agricultura empresarial (MAPA, 2025). Estas cifras denotam os reais beneficiários da política macroeconômica nacional, com forte capilaridade e influência sobre as instâncias decisórias institucionais.

Sob o ponto de vista do interesse hegemônico mundial, a conservação de hegemonia decorre de sua auto-expansão material e política, e, concomitantemente, a obliteração da emergência de qualquer nova potência que possa ameaçar sua posição de domínio (Fiori, 2020), especialmente um ator com as condições do Brasil, com vastos recursos naturais e energéticos, grande população, vasto território e forte potencial científico e tecnológico. Neste sentido, a efetiva participação dos EUA em mais de 19 golpes militares na América Latina durante o século XX demonstra que a sabotagem e o boicote a projetos nacionais emancipatórios são métodos recorrentes da política externa estadunidense (Centelhas, 2019); e demonstram definitivamente que o realismo geopolítico é uma dimensão/problema incontornável para se pensar estrategicamente o futuro nacional. O endosso e até a coação que países centrais e organismos internacionais (FMI, BIRD, Banco Mundial) realizam sobre Estados-nacionais do

Sul Global para que adotem políticas macroeconômicas alinhadas aos preceitos do Consenso de Washington tiveram e ainda têm o objetivo estratégico de reproduzir as condições de subdesenvolvimento e dependência que os caracteriza, a partir do estrangulamento de suas condições domésticas de auto-financiamento. Por conseguinte, diversas correntes heterodoxas e estruturalistas argumentam que as políticas neoliberais tendem a preservar ou aprofundar características estruturais do subdesenvolvimento — como baixa complexidade produtiva, vulnerabilidade externa, precarização do trabalho e desigualdade — ao reduzir o papel do Estado no investimento, na coordenação produtiva e na proteção social (Serrano; Medeiros, 2004; Rossi; Dweck; Oliveira, 2018).

3. HORIZONTES AMBIENTAIS DA DISTOPIA NEOCOLONIAL

O desiderato por uma superação das condições de subordinação do povo brasileiro, em nível doméstico e internacional, implica incontornavelmente em algum tipo de estratégia que ponha em causa as determinações que governam o estado de coisas atual. No tópico anterior, buscou-se explicitar alguns elementos que participam enquanto condições estruturais e potenciais para o país galgar uma melhora de suas mazelas sociais e de sua posição periférica no sistema mundial a partir do regime institucional vigente. Por outro lado, identificou-se que a proposta por complexificação da economia brasileira encontra entraves políticos de poderosos agentes econômicos e atores internacionais que assumem proveito da condição periférica do país, seja internamente, como Souza (2017) denomina enquanto a “elite do atraso”, seja mundialmente, em especial, os capitais financeiros globais e o império estadunidense. Este pacto entre a oligarquia nacional rentista e os capitais financeiros globais ainda é o vetor dominante nas decisões estruturais do Estado brasileiro em sua política econômica e monetária, na regulação legislativa e nas decisões do judiciário.

Como já sinalizado no tópico anterior, o fruto desta composição político-econômica implica na redução da complexidade produtiva e na especialização regressiva (voltada à produção de bens primários para exportação). Os resultados desta dinâmica que se inicia nos anos 80 para o presente refletem uma reconfiguração econômica que impacta diretamente a estrutura social do país. Observa-se a redução dos empregos industriais, a precarização da classe média, a informalização, a terceirização, a uberização e a pejotização. Simultaneamente, os empregos no campo são dramaticamente reduzidos pela desterritorialização do campesinato brasileiro e pela automatização dos sistemas agrícolas e pecuários. Nas cidades, há o amplo

predomínio do setor de serviços em comparação aos empregos industriais, todavia, com baixa produtividade, incapazes de absorver mão-de-obra qualificada em alto volume, com exceção de algumas metrópoles do país, no setor de TI (tecnologias da informação).

A reafirmação deste padrão periférico de desenvolvimento configura o território nacional para a lógica primário-exportadora, baseada nos latifúndios de monocultura transgênica, nos sistemas agropecuários intensivos e semi-intensivos e nos complexos de mineração. Estas atividades são apoiadas por capitais internacionais e conjuntos de infraestruturas logísticas, energéticas e de beneficiamento para permitir a ágil disponibilidade dos bens aos mercados globais. Tal (re)ordenamento orientado de “fora para dentro”, vetoriza os eixos de articulação territorial para beneficiar países centrais ao acesso de matérias-primas e recursos estratégicos (Porto-Gonçalves; Quental, 2013), e convenciona uma lógica colonial de apropriação da natureza e do território marcada pela violência de poderes públicos e privados.

No trabalho, *Colonialidade do Poder e o desafio da integração regional na América Latina*, Porto-Gonçalves e Quental (2012) apresentam o caso da IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana), uma estratégia de ação conjunta entre 12 países da região proposta na virada do século XX, que visou a interconexão física do continente como resposta às novas e crescentes demandas globais por commodities, especialmente asiáticas. Segundo os autores, o projeto da IIRSA foi organizado em 10 Eixos de Integração e Desenvolvimento, “interligando a América do Sul do Atlântico ao Pacífico com estradas, hidrovias e ferrovias, redes de comunicação, portos, aeroportos, construção de barragens hidroelétricas e integração energética.” (Porto-Gonçalves; Quental, 2012, p. 15).



Figura 2 - Eixos de Integração e Desenvolvimento da IIRSA. Fonte: Hirt (2013)

O desenho dos 10 eixos orientou uma carteira de projetos coordenada por bancos multilaterais e nacionais, entre eles, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Corporação Andina de Fomento (CAF), o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Ao longo das duas primeiras décadas houve um “boom” inicial de projetos e estudos, mas a coordenação regional e conjunta da IIRSA foi enfraquecida com mudanças políticas; muitos projetos avançaram por iniciativas bilaterais ou nacionais, não pela governança continental original.

Nesse sentido, a maior parte dos eixos não obtiveram avanços concretos, com exceção da Hidrovia Paraguai-Paraná (Eixo 8), que é um grande corredor de exportação de soja do Planalto Central e partes do Sudeste, e de trechos do Interoceânico (Eixo 5) e do Mercosul-Chile (Eixo 6), que registraram obras, terminais e melhorias logísticas que afetaram o comércio regional.

Em maio de 2023, ocorreu o “Consenso de Brasília”, um documento assinado pelos líderes dos 12 países sul-americanos que visa estimular a cooperação regional e consagrar a retomada dos investimentos em projetos de integração sul-americana. Nesse sentido, a proposta original dos 10 Eixos de Integração e Desenvolvimento da IIRSA foi reconfigurada no Mapa do Caminho para Integração da América do Sul, a partir de 5 Rotas de Integração Sul-Americana, apresentadas no mapa abaixo:

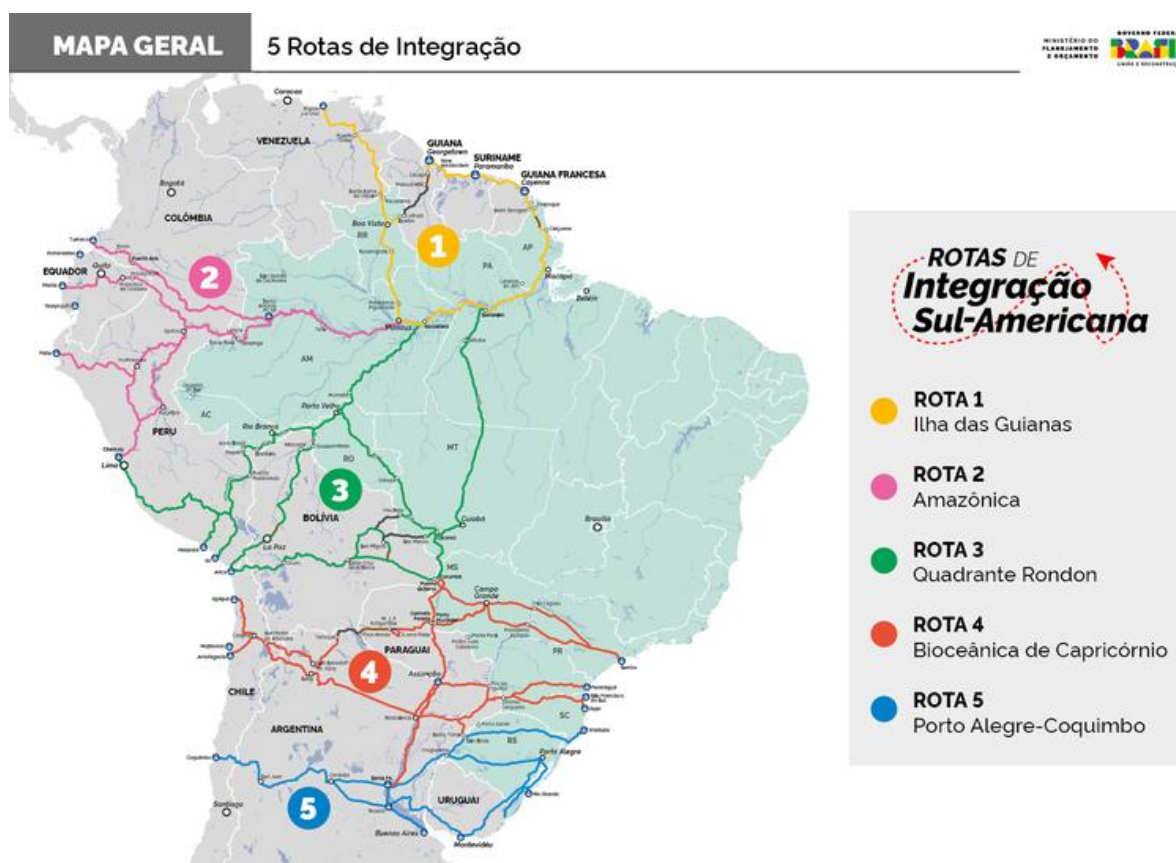


Figura 3 - Rotas de Integração Sul-Americana. Fonte: Ministério do Planejamento e Orçamento (2024).

A partir das novas rodadas diplomáticas e de planejamento, observa-se que os corredores de interconexão continental sofrem uma nítida “virada gravitacional” para Oeste, isto é, para mercados asiáticos, conectando os eixos de transporte em direção a saídas portuárias na costa do Pacífico, vetorizando o planejamento da circulação interna para atender a demanda do “novo” centro de produção industrial global.

Este fato não só demonstra os efeitos do atual reordenamento geoeconômico/geopolítico mundial, como também ratifica que a suposta “integração” é, antes, a reafirmação de uma

configuração espacial neocolonial que prioriza os interesses de capitais transnacionais em associação com oligarquias nacionais proprietárias de terras em detrimento do bem-estar da vasta maioria da população e de suas diferentes territorialidades e modos de vida. Sob esta lógica da valorização capitalista moderno-colonial-periférica, o território nacional é racionalizado pelos imperativos da rentabilidade, do tempo de giro do capital e pela brutal competitividade do mercado global, subsumindo e reduzindo a materialidade geográfica/territorial/ambiental à equivalência monetária, num processo de objetificação e alienação implicitamente violento à natureza multidimensional do território e do ambiente.

Essa questão é altamente relevante na atualidade uma vez que se observa a disputa sobre os usos e os sentidos do território envolvendo a transformação dos rios Tapajós, Madeira e Tocantins-Araguaia em hidrovias privatizadas para o escoamento da soja. O recém derrubado Decreto 12.600/2025 autorizava o Governo Federal a realizar licitações para concessão das hidrovias ao setor privado para obras de dragagem, manutenção da navegabilidade e controle de tráfego. Para os movimentos sociais contrários ao projeto, tratava-se da privatização dos rios para atender interesses de poucos latifundiários associados a multinacionais do comércio de grãos (Cargill). A operação das hidrovias gera degradação ambiental, destruição de modos de vida indígenas e ribeirinhos, impactos no sistema fluvial, redução da fauna aquática e da pesca, precarização social, e incentivo à expansão das atividades monocultoras na região. A transformação de rios amazônicos em corredores de exportação de soja reforça o papel internacional do Brasil como periferia provisora de matérias-primas, subordinando a organização de seu território a uma “razão global” (Santos, 2004b), em que as infraestruturas logísticas são concebidas para se associar a demandas do comércio internacional, e não à integração nacional mediante demandas sociais de natureza endógena e territorializada. Percebe-se que nenhum dos eixos ou rotas de integração terminam no interior do continente ou conectam exclusivamente áreas internas da América do Sul.

No trabalho de Carla Hirt (2013), é analisado o papel do BNDES nas políticas de desenvolvimento e integração regional, tendo como objeto específico a atuação do banco na IIRSA. Ao fim da pesquisa a autora afirma:

Ao investir em modelos causadores de desigualdades, em vez de estimular a diversificação e a integração produtiva entre os países sul-americanos, o BNDES, através da IIRSA, parece propor um modelo de atuação que agrava o processo de reprimarização das economias voltado para a produção e

exportação de *commodities*. Esse modelo beneficia grandes corporações, aprofunda a histórica espoliação sofrida pelos povos sul-americanos, e coloca em risco o meio ambiente e as populações atingidas (especialmente suas camadas menos privilegiadas). Assim procedendo, o BNDES parece posicionar-se a favor da inclusão no sistema de espoliação e acumulação capitalista das áreas da América do Sul ainda não englobadas e organizadas por tal lógica hegemônica de (des)organização de territórios, atuando também em nome da ampliação da atuação de empresas brasileiras no exterior e da facilitação do acesso dos mercados consumidores de outros países aos bens manufaturados do Brasil. (Hirt, 2013, p. 09)

Por conseguinte, a aposta em uma configuração territorial que favoreça a acumulação primário-exportadora como principal via de inserção comercial na economia-mundo fortalece a “colonialidade do poder” (Quijano, 2005; Porto-Gonçalves, 2023) e a reprodução das condições de precariedade social, perpetuando a banalização da violência territorial, racial e social como praxe da lógica capitalista periférica de produção do espaço, e ameaça as condições futuras de sobrevivência e reprodução social ao colapsar as bases e as dinâmicas geoecológicas das quais centenas de milhões de brasileiros dependem.

Segundo o *Atlas de Conflitos do Campo Brasileiro* (2025), entre 1985 e 2023, foram contabilizados 50.950 conflitos por disputas de terra no campo brasileiro, denotando o secular conflito territorial pela apropriação do espaço entre a lógica da subsistência, do autoconsumo, do valor-de-uso e a lógica do valor-de-troca, da acumulação capitalista e da rapina ambiental.

A expansão da fronteira agrícola e minerária no Cerrado, na Amazônia ou em Matopiba tem gerado conflitos fundiários com posseiros e pequenos agricultores (CPT, 2025), redução dos bens de subsistência locais-regionais, desmatamento em larga escala (MapBiomias, 2025), expulsão de populações tradicionais (Porto-Gonçalves, 2023; Alentejano; Wanderley, 2025), contaminação do solo, das águas e das pessoas (Lima, 2018), redução da disponibilidade hídrica, uma vez que há uma progressiva redução das chuvas e das vazões de todas as grandes bacias hidrográficas que nascem no Cerrado (Ambiental Media, 2025), afetando os reservatórios subterrâneos (aquíferos) e a segurança hídrica nacional.

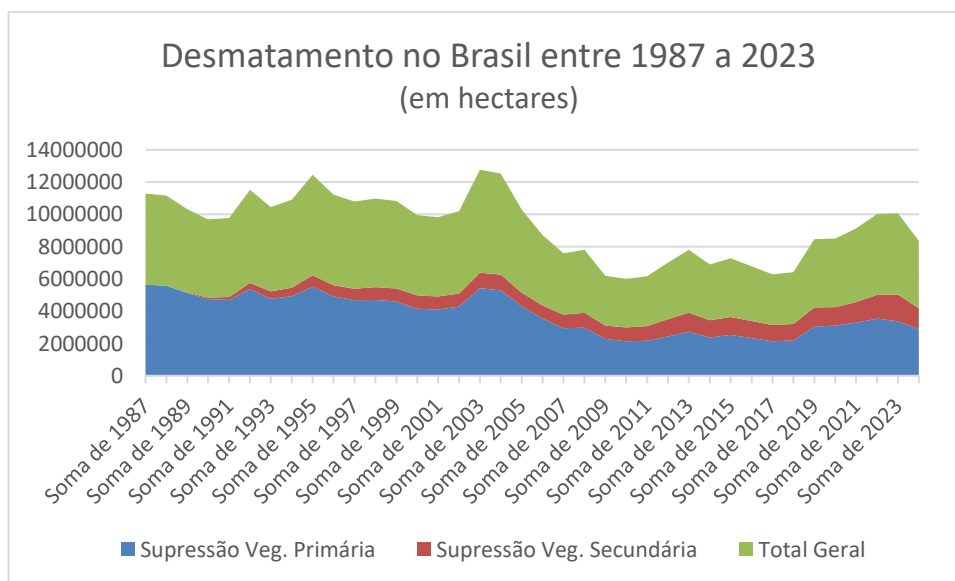


Figura 4 - Desmatamento no Brasil (1987-2023). Fonte: Elaborado pelo autor baseado nos dados do MAPBiomass (2025).

O recrudescimento da dinâmica primário-exportadora tem como correspondente direto o alto desmatamento dos biomas brasileiros. Apesar de variações no desmatamento, com algumas reduções observadas a partir de 2005, o nível de hectares desmatados anualmente ainda permanece alto, com forte atuação sobre o Cerrado, a Amazônia e em estados como Maranhão, Piauí e Tocantins. Este cenário tende a se manter latente, uma vez que as projeções de demanda mundial por *commodities* indicam crescimento em todas as categorias de países por faixa de renda, segundo o relatório elaborado pela FAO (Food and Agriculture Organization – ONU) em parceria com a OCDE (Organização para a Cooperação Econômica e de Desenvolvimento) intitulado *OECD-FAO Agricultural Outlook 2025-2034* (2025). A pressão sobre o território nacional se manterá robusta, uma vez que a crescente demanda por grãos também está articulada ao aumento do consumo de carne per capita em países asiáticos – dado o aumento da urbano-industrialização e da renda nos respectivos países – impulsionando a expansão da pecuária e, consequentemente, a maior expansão da produção de grãos que servem de ração para o consumo animal.

Além do Brasil ter uma posição central nesta dinâmica de abastecimento da demanda mundial por bens agropecuários, o país tem continuamente expandido suas fronteiras de exploração mineral, e recentemente tem despertado a cobiça de capitais transnacionais no mercado de terras raras e minerais críticos, pois o Brasil detém a segunda maior reserva global de terras raras, totalizando cerca de 23% do total mundial (U.S. Geological Survey, 2026).

Soma-se, também, o forte crescimento de megacomplexos de energias renováveis (eólicas e solares), que produzem expressivos impactos socioambientais, redundando em alto desmatamento, degradação do solo, erosão, assoreamento e poluição de rios, aumento da temperatura local, redução das chuvas, precarização e desterritorialização de comunidades, concentração de renda, entre outros (Centelhas, 2025; Nordeste Potência, 2025; Svampa; Brigel, 2024). Dados do MapBiomas (2025) revelam que a expansão da geração solar no Brasil cresceu 43 vezes entre 2016 e 2024, totalizando 35,3 mil hectares, dos quais 44,5% resultaram em supressão de formações vegetais, sobretudo, dos biomas Caatinga e Cerrado. Vale ressaltar, que tal expansão foi intensificada em 2024, com um crescimento de 40% em relação ao ano anterior, totalizando 53 GW de capacidade instalada total da fonte naquele ano (ANEEL, 2025; ONS, 2025).

A expansão de energia renovável, que em tese seria salutar como medida de transição energética para uma economia de baixo carbono, tem gerado injustiças ambientais e fragilização das condições locais de mitigação do aquecimento global, representando a continuidade da lógica espoliatória neocolonial, que expulsa e precariza comunidades, gera energia para regiões distantes daqueles que são atingidos, reforçando a alienação do território daqueles que o vivenciam.

A coexistência e a expansão dos diferentes vetores do extrativismo primário-exportador e a subjacente racionalização tecnocrática e “internacionalizada” do território têm transtornado as condições geoecológicas necessárias à sobrevivência e à reprodução social no Brasil. Sob o ponto de vista pragmático, a dimensão que melhor sintetiza o risco de colapso ambiental que vivemos é a disponibilidade de água. Segundo Bocuhy (2026, s.p.), “o agravamento do desequilíbrio climático, na realidade, intensifica um problema estrutural já existente: a deterioração progressiva dos ecossistemas responsáveis pelo ciclo hidrológico”. Uma vez que a vegetação torna a atmosfera mais úmida mediante a evapotranspiração, isto é, mediante o bombeamento de vapor d’água para a atmosfera pela absorção de água no subsolo via sistema radicular e transpiração via superfície foliar, ela permite que as águas das chuvas retroalimentem a formação de nuvens pela evapotranspiração, realizando, portanto, a manutenção do ciclo hidrológico e a conservação dos solos e aquíferos.

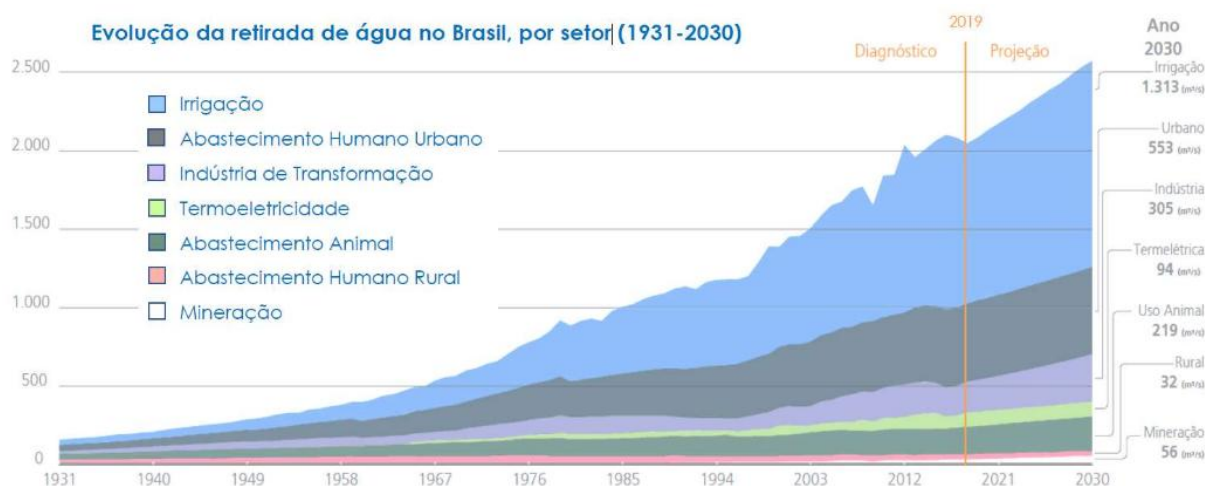


Figura 5 - Evolução da retirada de água no Brasil (1931-2030). Fonte: Agência Nacional de Águas (2021).

O contínuo desflorestamento dos biomas brasileiros pelas atividades econômicas neutraliza o mecanismo de evapotranspiração, tornando o país cada dia mais seco, vulnerável às mudanças climáticas e sujeito à insegurança hídrica. Associado ao desmatamento, os latifúndios de monocultura de grãos têm gradativamente ampliado o uso de técnicas de irrigação. Segundo o Atlas da Irrigação de 2017, da ANA (Agência Nacional de Águas), cerca de 1,4 milhão de hectares no Brasil são irrigados. O crescente uso de água subterrânea para irrigação, pecuária e exploração e tratamento de minérios, somado ao secular e contínuo desmatamento, têm gradativamente criado um “silencioso” quadro de colapso hídrico no país.

Uchôa *et al.* (2024), ao analisar 17.972 poços distribuídos pelo território nacional, verificou que 55,4% apresentavam níveis de água abaixo da superfície dos rios mais próximos, o que provoca redução da vazão dos rios, por subtração de água para os aquíferos. Diversos estudos têm confirmado que a taxa de evaporação das principais bacias hidrográficas do país é maior do que a taxa de recarga hídrica. Logo, o cenário futuro a partir das bases de dados que temos hoje não parece ser auspicioso, uma vez que não se observa uma modificação estratégica do Estado brasileiro na condução de suas políticas de desenvolvimento pautadas na exportação de *commodities*.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No livro “Crítica da razão dualista e O Ornitorrinco” (2003), Oliveira sustenta que a inserção periférica do Brasil na divisão internacional do trabalho não foi um destino inevitável,

mas uma *opção política* das elites nacionais, uma estratégia deliberada para preservar privilégios por meio da exportação de *comodities*, concentração fundiária, monopólio do crédito e alianças com o capital estrangeiro. Essa escolha moldou o padrão de acumulação do Brasil contemporâneo e explica por que a modernização setorial conviveu com a exclusão estrutural.

Portanto, ontem e hoje na história brasileira, observamos que há um forte interesse de uma parte expressiva da oligarquia nacional por um modelo de desenvolvimento baseado na exportação de produtos primários e em formas de acumulação que reforçam a propriedade concentrada da riqueza (latifúndio, controle de crédito, monopólios urbanos). Este objetivo, além de favorecer a preservação de seu poder político e econômico, subordina a configuração do território nacional às necessidades de acumulação dessas atividades moderno-coloniais.

Esta posição periférica do Brasil no sistema internacional condena a maior parte dos brasileiros a viverem em condições materiais precárias, ainda que recentemente atenuadas pelas políticas de seguridade social como Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Bolsa Escola, Cisterna para Todos, Farmácia Popular, entre outros. Entretanto, as respectivas políticas têm demonstrado que sua própria existência é alvo de ataques daqueles que dependem da precariedade da classe trabalhadora para a reprodução de sua riqueza. Embora esse campo de forças que é o Estado brasileiro seja, ainda, amplamente colonizado por correntes conservadoras e oligárquicas, ao contrário que Schwarz e Oliveira atestam, que o país em 2003 não parecia ter brechas ou saídas, o que se apresenta hoje é uma abertura sob o ponto de vista da endogenia econômica, mas que está nitidamente inviabilizada politicamente.

O Brasil permanece sob condições potenciais ainda válidas, especialmente, se considerarmos sua especificidade enquanto maior biodiversidade do planeta, permitindo uma virada do país a uma lógica produtiva no campo orientada por preceitos agroecológicos, uma lógica produtiva na indústria baseada em uma bioeconomia tecnológica com forte fusão entre universidades, centros de pesquisa e comunidades, pautada na geração de valor agregado com forte efeito distributivo nos territórios. Experiências nesse sentido podem contribuir na construção de caminhos que se desviem da distopia do colapso ambiental, que é cada dia mais sintomática pelos indicadores ambientais, hidrológicos, climáticos e edáficos.

Por outro lado, mudanças estruturais exigem inevitavelmente a ruptura com interesses dominantes; imperativos como reforma agrária, tributação progressiva, regulação do crédito e políticas industriais orientadas para a inclusão dependem de um arranjo de forças sociais que estejam capazes de unir ações estruturadas e persistentes, visionando um projeto comum de

país. Esse comum – que é diferente de ser uniforme – envolve sobretudo uma visão compartilhada sobre caminhos que apontam para o benefício socialmente distribuído da produção, e, portanto, um projeto que consiga a árdua tarefa de congregar complexidade produtiva, justiça social, dissuasão geopolítica/militar e sustentabilidade ambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGLIETTA, Michel. *A theory of capitalist regulation: the US experience*. London: Verso, 2000.
- ALENTEJANO, Paulo; WANDERLEY, Luiz J. Sobre o Atlas dos Conflitos no Campo Brasileiro. IN: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Atlas dos Conflitos no Campo Brasileiro (1985-2023)*. Goiânia; Rio de Janeiro: CPT; FFP/UERJ; UFF, 2025.
- AMBIENTAL MEDIA. *Cerrado: o elo sagrado das águas do Brasil*. Ambiental Media, 2025. Disponível em: <https://cerrado.ambiental.media/pt/> Acesso: 16/11/2025
- ANA (AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS). *Atlas da irrigação: uso da água na agricultura irrigada*. Brasília: ANA, 2017.
- ANA (AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS). *Crise hídrica no Brasil: cenários presente e futuro*. 79ª Reunião Ordinária da CTLOG (Câmara Temática de Infraestrutura e Logística do Agronegócio). Brasília, 18 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas/documentos/camaras-tematicas/infraestrutura-e-logistica/2021/79ro/apresentacao-ana-ctlog-18ago21.pdf>
- ANEEL (AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA). *Sistema de Informações de Geração da ANEEL. Matriz elétrica brasileira*. ANEEL, 2025.
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.
- BACEN (BANCO CENTRAL DO BRASIL). *Estatísticas do setor externo*. Nota para a imprensa, 19 de dezembro de 2025. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/estatisticassetorexterno> Acesso: 10/01/2026
- BACHA, E.; TOMBOLO, G.; VERSIANI, F. Reestimating Brazil growth from 1900 to 1980. *Revista Brasileira de Economia*, vol.77, 2023.
- BECKER, Bertha; EGLER, Cláudio. *Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BOCUHY, Carlos. *O Brasil e o colapso anunciado da água*. Le Monde Diplomatique Brasil, 19 de fevereiro de 2026. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-brasil-e-o-colapso-anunciado-da-agua/>
- CASTRO, Lavínia Barros de. Privatização, abertura e desindexação: a primeira metade dos anos 90. In: GIAMBIAGI, F. et al. *Economia brasileira contemporânea: 1945-2010*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- CARVALHO FILHO, Marco A. L. A evolução histórica da justiça do trabalho e dos direitos trabalhistas no Brasil. *JusBrasil*, 2021. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-evolucao-historica-da-justica-do-trabalho-e-dos-direitos-trabalhistas-no-brasil/1324727017> Acesso: 12/11/2025.
- CENTELHAS, João Paulo R. de Castro. *Aspectos geopolíticos da contra-insurgência militar na América Latina: os fundamentos pós-2ª guerra mundial*. Blog da Editora Consequência,

2019. Disponível em: <https://blogdaconsequencia.wordpress.com/2019/06/26/aspectos-geopoliticos-da-contrainsurgencia-militar-na-america-latina-os-fundamentos-pos-2a-guerra-mundial/> Acesso: 20/11/2025
- CHANG, Ha-Joon. Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Atlas dos Conflitos no Campo Brasileiro (1985-2023)*. Goiânia; Rio de Janeiro: CPT; FFP/UERJ; UFF, 2025.
- FIORI, José L. *A síndrome de Babel e a disputa do poder global*. Petrópolis: Vozes, 2020.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HIRT, Carla. O papel do BNDES na política de desenvolvimento e integração regional. *Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica*, Ano II, n. 3, 2013.
- JAMESON, Fredric. Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1997.
- LIMA, Inácio Pereira. Avaliação da contaminação do leite materno pelo agrotóxico glifosato em puérperas atendidas em maternidades públicas do Piauí. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Saúde da Mulher, CCS/UFPI. Teresina-PI, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufpi.br:8080/handle/123456789/1366?show=full>
- MAPBIOMAS. RAD2024: Relatório Anual do Desmatamento no Brasil 2024. São Paulo: MapBiomas, 2025.
- MAPBIOMAS. *Caatinga lidera expansão solar no Brasil, mas enfrenta desafios históricos de desmatamento*. MapBiomas, 18 de setembro de 2025. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/2025/09/18/caatinga-lidera-expansao-solar-no-brasil-mas-enfrenta-desafios-historicos-de-desmatamento/> Acesso: 20/10/2025.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- MAZZUCATO, Mariana. *O Estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado*. São Paulo: Portifolio-Penguin, 2014.
- MOREIRA, Ruy. *Brasil, espaço e tempo*. São Paulo: Contexto, 2024.
- MPO (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO). *Presidente Lula cria Comissão Interministerial para a Infraestrutura e Planejamento da Integração da América do Sul*. MPO, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/noticias/2024/maio/presidente-lula-cria-comissao-interministerial-para-a-infraestrutura-e-planejamento-da-integracao-da-america-do-sul> Acesso: 10/11/2025
- MORCEIRO, Paulo César. Influência metodológica na desindustrialização brasileira. *Revista de Economia Política*, vol. 41, nº 4, pp. 700-722, outubro-dezembro/2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/4HDjr3pgty8TcPJVPQnQx5g/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 12/04/2024
- NORDESTE POTÊNCIA. Salvaguardas socioambientais para energia solar fotovoltaica centralizada. Nordeste Potência, 2025. Disponível em: https://nordestepotencia.org.br/wp-content/uploads/2025/09/SalvaguardasSolar_Digital.pdf Acesso: 18/11/2025
- OECD/FAO. *OECD/FAO Agricultural Outlook 2025-2034*. Paris and Rome: OECD/FAO, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/601276cd-en> Acesso: 10/01/2026
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica da razão dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

- PORTO-GONÇALVES, Carlos W.; QUENTAL, Pedro A. A colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. *Polis: Revista Latinoamericana*, n.31, 2012.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- ROSSI, P.; DWECK, E.; OLIVEIRA, Ana. (Orgs.). *Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil*. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.
- REINERT, Erik. Como os países ricos ficaram ricos, e por que os países pobres continuaram pobres. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.
- SANTOS, Milton. *Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica*. São Paulo: Edusp, 2004a.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2004b.
- SCHWARZ, Roberto. Prefácio. In: OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica da razão dualista. O Ornitórrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- SERRANO, Franklin; MEDEIROS, Carlos. O desenvolvimento econômico e a retomada da abordagem clássica do excedente. *Revista de Economia Política*, vol. 24, nº. 2 (94), abril-junho 2004.
- SOUZA, Jessé de. *A elite do atraso: da escravidão à Lava-Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.
- SVAMPA, Maristella; BRIGEL, Breno. *Do consenso das commodities ao consenso da descarbonização*. Blog da Editora Elefante, 2023.
- UCHÔA, J. et al. Widespread potential for streamflow leakage across Brazil. *Nature Communications*, 15: 10211, November 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41467-024-54370-3>
- U. S. GEOLOGICAL SURVEY. *Mineral commodity summaries 2026*. U. S. Department of the Interior. U. S. Geological Survey. Version 1.1, March 2026. Disponível em: <https://pubs.usgs.gov/periodicals/mcs2026/mcs2026.pdf> Acesso: 18/02/2026